

# A lógica rendeira das economias da África subsariana

**A**pós meio século de independências nacionais, importa fazer um curto balanço sobre o desempenho económico da África Subsariana neste já significativo período pós-colonial.

## Balanço económico de 50 anos de independências nacionais

De uma forma resumida mas significativa, é possível constatar<sup>1</sup>:

- Um crescimento do PIB real por habitante de cerca de 60% no período 1960-2000.
- Uma melhoria sensível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nesse mesmo período.

Importará contudo interpretar tais índices à luz não só de uma comparação com as restantes economias em desenvolvimento, mas essencialmente à luz da evolução do rendimento real dos seus habitantes e da concentração da sua distribuição. Assim, nesse mesmo período 1960-2000, verifica-se que<sup>2</sup>:

- A média do rendimento real por habitante, no universo populacional da África Subsariana (óptica que atenua a falsa análise país a país), quase não cresceu.
- O crescimento médio anual do rendi-

mento real na África Subsariana, no período 1960-93, registou a seguinte evolução: 1960-70, 1,4%; 1970-80, 0,9%; 1980-90, -1,0%; 1990-93, -1,2% (segundo a base de dados do Banco Mundial).

• Os dados sobre os rendimentos das famílias sugerem um agudo crescimento da desigualdade da distribuição do rendimento, nesse período.

• Consequentemente ter-se-á registado um incremento da pobreza, medida em termos de rendimento. No início do milénio, cerca de metade da população da África Subsariana (ASS) auferia menos de \$1,50 por dia – poder de compra comparado – enquanto tal percentagem atingia cerca de 35% em 1970.

• O rendimento real dos países da África Subsariana caiu cerca de 35% em relação aos das outras regiões subdesenvolvidas e quase 50% em relação aos dos países industrializados.

Por outro lado, constata-se como que um prolongamento, nestes primeiros cinquenta anos pós independências nacionais, da lógica do “pacto colonial”, o qual relegou a África para um mero reservatório produtor/exportador de recursos naturais e um natural importador de produtos manufacturados.

Assim:

• Com excepção do Senegal<sup>3</sup>, o rácio produtos primários/ exportações totais de mercadorias, dos PMAs (Países Menos Avançados) da África Subsariana, isto é, a quase totalidade dos países desse universo, oscilou entre os 84% e os quase 100%, no período 1997-1999<sup>4</sup>.

• Se a concentração de produtos, no conjunto total das exportações, tem sido extremamente grande (na generalidade, 3-4 produtos têm um peso superior a 75% desse total), o índice de diversificação das exportações, no período 1999-2003, tomado como amostra, foi geralmente decrescente (OCDE, BAD, 2006).

• A percentagem de produtos manufacturados nas exportações totais continua a ser extremamente exíguo, só em casos excepcionais excedendo os 10% (CNUCED, 2004).

• Segundo a base de dados do Banco Mundial, a generalidade dos países da África Subsariana continua a ser importadora líquida de alimentos pelo que, no conjunto, a actividade agrícola de produção de alimentos é insuficiente (e tende a ser cada vez menos em função das limitações da produção e do crescimento populacional) para alimentar a sua população.

A África Subsariana continua a basear a sua

actividade económica na produção/exportação de produtos primários, ou seja, de recursos naturais com um muito limitado valor acrescentado nacional. São geralmente produtos de bolsa cujo valor no mercado internacional, desconectado dos custos de produção, permite uma muito concentrada captação de rendas e a sua ulterior redistribuição através de mecanismos “extraeconómicos”, no seio das sociedades.

## Raiz e consequências da especialização económica

Se, em grande medida e numa perspectiva histórica ou antropológica cada sociedade africana constitui como que um microcosmo, não é menos certo que, de uma maneira geral, as sociedades da África Subsariana:

• Fizeram face ao fenómeno colonial num momento de implantação do modo de produção tributário, geralmente a partir de uma base e de uma lógica camponesa.

• Foram submetidas a um tipo de “aproveitamento” económico que objectivamente as colocou perante uma divisão internacional do trabalho, numa lógica consistente com o “pacto colonial”. Este facto encontrou um respaldo teórico nos modelos de comércio e crescimento geralmente apelidados *vent for*

## OS MODELOS VENT FOR SURPLUS

Os chamados modelos *vent for surplus* pretendem equacionar os efeitos do comércio sobre o crescimento económico através da valorização de recursos até então não explorados. São modelos de um crescimento ancorado no comércio, em que se não parte do pressuposto do pleno emprego de factores de produção. Comportam várias alternativas, definidas quer pela natureza do recurso em *surplus*, quer pelo tipo de país ou região objecto da sua aplicação. A ideia básica é simples e remonta a Adam Smith (*A Riqueza das Nações*). Países então recentemente colonizados estariam em estádios de desenvolvimento não compatíveis com a plena utilização dos seus recursos económicos disponíveis (basicamente os factores recursos naturais e mão-de-obra), encontrando-se estes, portanto, em *surplus*. O seu aproveitamento, através da aplicação em produções cujo objectivo último seria a satisfação de uma procura situada no exterior (através do comércio externo) permitiria a obtenção de proveitos (em contrapartida das exportações) não disponíveis de outro modo. Eles poderiam assim:

- Solver necessidades adicionais e alargar o mercado doméstico, o que ocasionaria uma maior divisão do trabalho e incrementaria, em consequência, a produtividade.
- Através dos efeitos induzidos pelo alargamento da base produtiva de exportação, bem como pela disponibilidade de recursos adicionais advenientes da exportação, gerar o desenvolvimento das forças produtivas internas.

A denominação *vent for surplus* aparece em Stuart Mill, num contexto de crítica à ideia basilar de Adam Smith. Tal denominação foi retomada posteriormente por Hla Myint e por Richard Caves.

Entretanto, se os recursos em *surplus* são unicamente recursos naturais e se o objecto de aplicação do modelo é um país de recente povoamento europeu isento da influência da lógica e das instituições das sociedades tradicionais autóctones, estaremos em presença de uma das variantes: a chamada *staple theory of economic growth*. Terá sido o caso do Canadá e de outras *dominion capitalist societies*, como por exemplo, a Austrália.

A aplicação do modelo a países ou regiões onde os recursos em *surplus* são, além dos recursos naturais, uma mão-de-obra tida como “ilimitada” sendo ainda, cumulativamente, sujeitos à influência de instituições, da lógica e de modelos de organização pré capitalistas, situa-nos na versão denominada *unlimited labour*. Aí, as formações sociais terão uma expressão dual caracterizada por um sector moderno da economia (implantado fundamentalmente em função da solvência de uma procura externa, o que lhes confere um carácter de extroversão) e por um sector de subsistência. É o caso das sociedades da África Subsariana.

A aplicação do modelo na sua versão *unlimited labour* em contextos de predominância do modo de produção tributário, não se traduziu na obtenção dos efeitos esperados por Adam Smith. O mercado interno não só não assumiu a dimensão capaz de servir de alavanca para o alargamento da base produtiva (que permaneceu estreita), como – inclusive face à rigidez das estruturas produtivas domésticas – não se realizaram, na prática, os esperados efeitos produtivos induzidos. Este sistema gerou sim, uma especialização económica, uma lógica rendeira e uma forma de inserção de tais sociedades na economia internacional, que permanece e se reproduz.

surplus (ver “Os modelos *vent for surplus*”).

- Ascenderam às suas independências nacionais a partir de uma especialização económica comum: a de produtoras/exportadoras de produtos primários, geralmente com uma muito incipiente transformação, isto é, com um quase nulo ou muito fraco valor acrescentado nacional.

A “negação do capitalismo” como que “encaixou” a lógica das sociedades pré-coloniais, tributárias, pré-capitalistas, na lógica subjacente ao pacto colonial. Ela constitui como que um substrato comum às duas realidades. Se, pela própria natureza do fenómeno colonial, nunca esteve em causa a introdução da lógica capitalista, produtiva e de consumo de massas nas sociedades africanas, não é menos certo que, em si, tal fenómeno encaixa num *ethos*, numa lógica:

- Em que a acumulação dos grupos sociais dirigentes nessas sociedades em processo de aguda desigualdade, estratificadas, se não realizava pela exploração dos seus dependentes. Tinha essencialmente lugar através do comércio (interposição em rotas comerciais, inclusive de média e longa distância), das guerras de rapina e *razzias*, da extorsão<sup>5</sup>.

- De predominância das relações pessoais (de vassalagem e protecção), num contexto de redistribuição da riqueza. Aliás, nestas sociedades, a própria legitimidade do poder político assenta na capacidade de

redistribuir. Daí, os conhecidos fenómenos do patrimonialismo, do neopatrimonialismo (numa perspectiva ocidental), dos *big men*. Esta lógica perdurou no período colonial. Ela encaixou numa base económica engendrada pela perspectiva do pacto colonial, geradora de uma “especialização desigual”<sup>6</sup>. Ela moldou as instituições, as naturezas dos Estados que os governantes herdaram com as independências nacionais<sup>7</sup>. É que, se é hoje plenamente reconhecida a influência determinante do peso das instituições no desempenho económico, na capacidade de operar a mudança, no desenvolvimento<sup>8</sup>, não é menos certa a influência, igualmente determinante, da natureza dos sectores económicos dominantes na moldagem das instituições, no desenvolvimento<sup>9</sup>.

É que este movimento circular base material/instituições processa-se, numa perspectiva de “longa duração” (Braudel), com alterações qualitativas lentas, só quebradas excepcionalmente, pela eclosão de *critical junctures*<sup>10</sup> (o que obviamente não foi o caso das independências nacionais). Basicamente os países da África Subsariana continuam reféns de uma especialização económica desigual, a qual, em si, constitui uma negação do desenvolvimento, até pelo muito incipiente acréscimo de valor interno, do emprego de factores produtivos internos. A lógica predominante permanece

não produtiva/redistributiva<sup>11</sup>.

Entretanto, a vulnerabilidade decorrente das sucessivas e cíclicas crises do sistema capitalista geradoras de crises nos preços das *commodities*<sup>12</sup>, aliada à não-reversibilidade dos danos estruturais decorrentes de tais crises, produzem efeitos de degradação, devastadores e não reversíveis, no médio/longo prazo<sup>13</sup>.

É assim hoje possível discernir, com clareza, a importância simultânea e dialecticamente uma quer das relações internacionais, quer dos factores internos, no devir das sociedades africanas.

Três factores fundamentais, dialecticamente indissociáveis, parecem contribuir para a reprodução do sistema:

- O facto de a riqueza nacional ter uma forte componente rendeira<sup>14</sup> divorcia basicamente o trabalho nacional, da população, do processo da criação dessa riqueza<sup>15</sup>. Este divórcio gera uma grave incapacidade de reivindicação, produtora de mudança. O espaço da competição e da reivindicação é ocupado pela acomodação dos grupos sociais no seio de uma “economia de afeição”<sup>16</sup> e/ou num contexto de redistribuição rendeira organizada por um “Estado vampiro”<sup>17</sup>.

#### A inserção negativa na globalização

No contexto internacional, a hierarquização

dos Estados no seio da economia-mundo (hoje global)<sup>18</sup> agrava a necessidade sistémica da disponibilidade de um manancial de recursos naturais de que a África Subsariana constitui um reservatório natural. Neste enquadramento, as relações internacionais constituem-se num factor de não-mudança, de muito difícil ultrapassagem, principalmente na actual fase de globalização e de imposição global do paradigma liberal ocidental.

- Enfim, a possibilidade de um “enriquecimento sem desenvolvimento”<sup>19</sup> divorcia as elites de um real fortalecimento e de integração dos tecidos económicos nacionais privilegiando-se, no seu lugar, a ligação ao “exterior” (em detrimento da exploração dos seus dependentes, geradora de custos políticos). Este contexto potencia o constrangimento das relações internacionais e viabiliza e favorece a extroversão da acumulação a qual, por ausência de uma lógica produtiva interna, não encontra aplicação doméstica.

A actual “modernização” da África Subsariana, através de uma integração na economia mundial (de que é uma parte cada vez menos expressiva) de economias domésticas portadoras de lógicas não-capitalistas, mais parece assemelhar-se a um processo de suicídio assistido pelo Ocidente. ■

<sup>1</sup> Ndulu, B.J. & div. (ed.), 2008: 5-8.

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> País em processo de crescente dependência em relação aos produtos primários não transformados já que, por diversas razões, as suas produções essenciais de ácido fosfórico, fosfatos e adubos estão em processo claramente decrescente. (OCDE, BAD, 2006:498).

<sup>4</sup> CNUCED 2002 :113.

<sup>5</sup> Carneiro, E. M., 2004.

<sup>6</sup> Elsenhans, H., 1991.

<sup>7</sup> Karl, T. L., 1997.

<sup>8</sup> North, D. C., 2007.

<sup>9</sup> Shafer, D. M., 1994.

<sup>10</sup> Collier & Collier, 2007.

<sup>11</sup> Carneiro, E., 2004.

<sup>12</sup> Carneiro, E., 2007.

<sup>13</sup> Agravados ainda pela baixa tendencial dos termos de troca dos países em questão.

<sup>14</sup> É fundamental que o conceito de renda se não restrinja às rendas externas, abrangendo também as rendas internas. A “negação do capitalismo” produz na sociedade uma ubiquidade do fenómeno rendeiro, traduzindo-o numa forma de vida, de constância e de regra na economia, de cultura. Cf. Wils, O., 2000, bem como Bates, R., 2005.

<sup>15</sup> Daí o desemprego massivo e a expressão crescente da economia informal e da informalidade como resposta espontânea a esse fenómeno.

<sup>16</sup> Hyden, G., 1987 e 2007.

<sup>17</sup> Frimpong-Ansah, J. H., 1991.

<sup>18</sup> Wallerstein, I., 1985.

<sup>19</sup> Chabal & Daloz, 1999.

#### Referências

- BATES, R. H. — *Markets and States in Tropical Africa – The Political Basis of Agricultural Policies*. University of California Press, 2005.
- CARNEIRO, E. M. — *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana – Caracterização e Consequências*. Principia, 2004.
- CARNEIRO, E. M. — «Reflexões em torno da atual conjuntura económica da África Subsariana», *Direito e Sociedade, Revista de Estudos Jurídicos e Interdisciplinares*, N.º 2, Vol. 1, Faculdades Integradas Padre Albino, São Paulo, Brasil, 2007.
- CAVES, R. E. — «Vent for Surplus” Models of Trade and Growth», In THEBERG, J. D., *Economics of Trade and development*, John Wiley & Sons, 1968, p. 211-228.
- CHABAL, P. & DALOZ, J.-P. — *L’Afrique est Partie! – Du Désordre comme Instrument Politique*, Economica, 1999.
- COLLIER, R. B. & COLLIER, D. — *Shaping the Political Arena – Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*, University of Notre Dame Press, 2007.
- CNUCED — *Les Pays les Moins Avancés, Rapport 2002*.
- CNUCED — *Manuel de Statistiques de la CNUCED*, 2004.

EISENHANS, H. — *Development and Underdevelopment – The History, Economics of North-South Relations*, Sage Publications, 1991.

EVANS, P. — *Embedded Autonomy – States and Industrial Transformation*, Princeton University Press, 1995.

FRIMPONG-ANSAH, J. H. — *The Vampire State in Africa – The Political Economy of Decline in Ghana*, James Currey, 1991.

HYDEN, G. — *African Politics in Comparative Perspective*, Cambridge University Press, 2007.

HYDEN, G. — «Capital Accumulation, Resource Distribution, and Governance in Kenya: The Role of the Economy of Affection». In SCHATZBERG, M. G. (ed.) — *The Political Economy of Kenya*, Praeger Publishers, New York, 1987.

KARL, T. L. — *The Paradox of Plenty – Oil Booms and Petro-States*, University of California Press, 1997.

NDULU, B. J. & div. (ed.) — *The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960-2000*, Cambridge University Press, 2008.

NORTH, D. C. — *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge University Press, 2007.

OCDE, BAD — *Perspectives Économiques en Afrique, 2005/2006*. 2006.

SHAFER, D. M. — *Winners and Losers – How Sectors Shape Developmental Prospects of States*, Cornell University, 1994.

WALLERSTEIN, I. — *Le capitalisme Historique*. Paris: La Découverte, 1985.

WILS, O. — «Les Relations État/Société dans les Pays Rentiers ou Post-rentiers: Appropriation des Rentes et Élitisme Économiques en Jordanie», *Revue Tiers Monde*, n.º 163/2000. p. 547-572.